

ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DAS MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS FEMININAS E DO IMPACTO DESTAS NAS FAMÍLIAS MILITARES

HISTORICAL AND SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF WOMEN'S BEHAVIORAL CHANGES AND THEIR IMPACT IN MILITARY FAMILIES

Maria Cecília de Oliveira ADÃO*

Resumo: Em uma análise complementar entre elementos teóricos sociológicos, metodologia e pesquisa histórica, buscamos compreender como as mudanças comportamentais empreendidas pelas mulheres, desde os anos 1960 até hoje, impactam nos arranjos familiares dos oficiais militares. Tendo o casamento como espaço onde o oficial encontra suporte para realizar suas exigências profissionais, bem como espaço para o exercício dos valores militares, cremos que é pertinente verificar como as alterações no comportamento feminino influem nestes arranjos familiares específicos. Utilizamos a História Oral como método de recolhimento e análise documental, percebemos uma crescente valorização da profissionalização feminina, que resulta em novos acordos familiares e em diferentes níveis de engajamento da esposa no projeto profissional do militar, afetando tanto a Família Militar quanto a instituição castrense.

Palavras-chave: História; Sociologia; militares; família; mudanças comportamentais femininas.

Abstract: In an additional analysis among theoretical and sociological elements, methodology and historical research, this study aims at understanding how women's behavioral changes, since the decade of 1960, affect military officers' familiar arrangements. Regarding marriage as a place where the military officer finds support to carry out his professional requirements, as well as his military values, we consider relevant verifying how women's behavioral changes affect these specific familiar arrangements and, as a consequence, the regulations of the military institution. Documentary analysis and Oral History as method of collecting were used. These method allowed us to see a growing appreciation of female professionalization, which results in new family arrangements and at different levels of wife's engagement in military's professional project, affecting the Military Family and the military institution.

Keywords: History; Sociology; military officers; family; female behavior changes.

História e Sociologia Aplicadas ao Objeto

O presente artigo busca, em uma análise complementar entre elementos teóricos sociológicos, metodologia e pesquisa histórica, compreender como as mudanças comportamentais empreendidas pelas mulheres, desde a década de 1960 até os dias atuais, impactam nos arranjos familiares dos oficiais militares. Cremos que a socialização pela qual passa um cadete – enquanto pertencente a um grupo específico – para se tornar oficial

* Doutora em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca. Franca, São Paulo - Brasil. Bolsista CAPES. Pesquisadora Sênior – Comissão Nacional da Verdade. E-mail: ceciliaoadao@yahoo.com.br.

do Exército Brasileiro¹, o dota de características específicas de formação profissional que o distinguem do restante da população. Estas características específicas têm no casamento e na chamada Família Militar² seus esteios de manutenção e propagação entre os componentes civis destas famílias³. Além disto, é no casamento que o oficial militar encontra suporte para a realização das exigências específicas de sua profissão. Sendo assim, é bastante interessante verificar como as alterações no comportamento feminino influem nestes arranjos familiares específicos e, em consequência, nas determinações da instituição castrense.

Sendo assim, como suporte teórico para esta pesquisa, utilizamos a teoria do individualismo que é trabalhada, com diferentes enfoques, pelos sociólogos François de Singly e Gilberto Velho. No livro *Sociologia da Família Contemporânea*, Singly procura dar conta de “um duplo movimento: uma privatização da família, em razão da maior atenção dada à qualidade das relações interpessoais, e uma ‘socialização’ desse grupo, em face da intervenção do Estado”. Para o autor, este tema se torna pertinente porque

[...] durante o século XX, a família tornou-se, cada vez mais, um espaço no qual os indivíduos acreditam proteger a sua individualidade (valorizada enquanto tal) e ‘um órgão secundário do Estado’ que controla, apoia e regula as relações dos membros da família (SINGLY, 2007, p. 29).

Por sua vez, Gilberto Velho assinala, no livro *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, que vivemos em uma sociedade complexa⁴ que apresenta aos indivíduos oportunidades de realizarem seus projetos⁵ (VELHO, 1999, p. 16-17), em contextos com diferentes potenciais para individualização, ou seja, mais ou menos totalizantes. Para que haja projeto, é necessário que o indivíduo possa escolher e orientar-se dentro de “*um campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (VELHO, 1999, p. 27).⁶ Ainda, quanto mais restrita for a rede de relações, menos individualista será o projeto. Nas palavras de Velho (1999, p. 27),

[...] quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, [...] quanto menos fechada for sua rede de relações ao nível de [sic] seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de *individualidade singular*. Por sua vez, a essa consciência da individualidade – fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma maior elaboração do projeto

Deste ponto de vista, quando o cadete opta por pertencer a uma academia militar e tornar-se um oficial, acreditamos que este dá início a um projeto individual que envolve a aquisição de características e valores específicos e que se desenvolverá dentro de uma instituição com alto potencial totalizante. Como resultado, uma vez terminado seu processo de profissionalização, o oficial pertencerá a um grupo que possui uma formação com alto grau de especialidade e, também, exigências bastante específicas, passando a pertencer a um grupo que acredita e comunga dos valores militares⁷.

Em paralelo, este processo pode ser reafirmado pelo casamento, que muitas vezes é percebido, pelo militar, tanto como uma forma de confirmar a eficácia da formação que recebeu e de exercitar os valores do grupo, como uma possibilidade de receber o apoio necessário para superar as exigências da profissão. Nesta perspectiva, uma vez que se casa com um oficial, a mulher passa a aderir, em maior ou menor grau, aos valores que os militares são estimulados a adquirir em seu processo de socialização profissional. Esta adesão leva à formação de casais que possuem um projeto comum, que se realiza por meio da carreira do marido. Neste sentido, ambos reconhecem que o papel desempenhado pela esposa – dar apoio, cuidar dos filhos e do lar, na maior parte das vezes, abdicando-se de projetos pessoais – é fundamental para o sucesso deste objetivo. Isso é imprescindível para que a esposa sinta-se valorizada e gratificada pelos sacrifícios pessoais que realiza. Para minorar as dificuldades impostas pelas exigências específicas da profissão militar, as esposas passam a formar a chamada Família Militar, que é eminentemente percebida como fonte de apoio e instância de manutenção e zelo pelos valores militares.

Pensando no contexto teórico que permeia esta pesquisa, cabe salientar que data do século XIX o primeiro embate entre História e Sociologia. Naquele período, sob a liderança de Émile Durkheim, foram desfechados esforços para que a Sociologia se firmasse enquanto disciplina autônoma, conquistasse espaço na academia e, ainda, anexasse as demais ciências humanas. Este movimento teve a História como seu alvo principal. Fernando Teixeira da Silva (2005, p. 128) indica que os sociólogos daquele período acreditavam que

[...] o conceito de causalidade social deveria ser o amálgama dessas ciências, cabendo à sociologia o papel centralizador. A história era o alvo privilegiado desta estratégia. [...] Durkheim não deixa dúvida sobre o caráter auxiliar do trabalho dos historiadores: ‘a história só pode ser considerada uma ciência desde que se eleve acima do individual – e é verdade que, então, deixa de ser ela mesma para tornar-se um ramo da

sociologia’. Caberia à sociologia a tarefa de elaborar e oferecer conceitos às ciências humanas em formação.

Mesmo recebendo críticas por seu caráter factual, que priorizava a história política, militar e as biografias, a defesa da História, enquanto disciplina autônoma se deu pela manutenção de seu papel de confirmação da importância do Estado e da nação, assentando-se em sua relevante contribuição para a construção dos nacionalismos europeus do século XIX. Sendo assim, a História continuou oferecendo

[...] seus patrióticos serviços ao poder republicano, ao mesmo tempo em que pretendia fazer da história uma ciência positiva, afastada de qualquer subjetivismo e teoria filosófica. Durante 50 anos a *Revue Historique*, lançada por Gabriel Monod, dedicou-se a publicar estudos consagrados ao domínio biográfico, político e militar, a fim de construir um consenso nacional e patriótico, construindo a idade de ouro dos historiadores durante a Terceira República francesa (SILVA, 2005, p. 130).

Em um segundo momento aconteceu o embate e superação da Escola Metódica pelos *Annales*, sendo que a produção destes “contribuiu para o declínio da história biográfica e política, deu relevo aos aspectos econômicos, mentais e sociológicos, priorizou a ‘longa duração’ e a história das estruturas mais do que a dos acontecimentos isolados” (SILVA, 2005, p. 130). E foram justamente estes dois últimos elementos, o estudo da longa duração e das estruturas, que aproximaram a historiografia dos anseios sociológicos anteriores, ou seja, uma vez combatendo os elementos centrais da historiografia metódica, abriu-se espaço para a compreensão do homem na totalidade de seu fazer histórico. É importante frisar que esta possibilidade somente se concretizou com a proposição de estudos interdisciplinares. É neste sentido que Lucien Febvre e Marc Bloch conceberam os *Annales* como

[...] uma Revista que não queria rodear-se de muralhas, mas sim fazer irradiar largamente, livremente, indiscretamente mesmo, sobre todos os jardins da vizinhança, um espírito, o seu espírito: isto é, um espírito de livre crítica e de iniciativa em todos os sentidos. [...] Não há história econômica e social, há simplesmente a história na sua unidade. A história que é toda ela social, por definição (FEBVRE, Lucien *apud* SILVA, 2005, p. 133).

Sendo assim, foi com base nas mesmas críticas feitas pela sociologia durkheimiana à Escola Metódica que os *Annales* lograram subverter a historiografia e colocar a História

como disciplina autônoma, porém aglutinadora das demais ciências humanas. Foi a relação, ainda polêmica, entre o estudo da longa duração, proposto por Fernand Braudel, e o das estruturas, capitaneado por Claude Lévi-Strauss que consolidou esta etapa.

Em um terceiro momento, a partir da década de 1980, a relação entre história e sociologia se reafirmou com a ampliação dos temas de pesquisa realizada pela “terceira geração” dos *Annales*. Silva (2005, p. 149) considera que

A amplitude temática (história da família, das idades, do biológico, da sexualidade, da sensibilidade, do simbólico e das representações, do religioso, da leitura, do econômico, do popular, etc.) invadia campos tradicionalmente reservados à antropologia. Era um eco do abandono da história linear e da abertura do historiador à pluralidade de formas de transformação histórica, escancarando os limites de abordagem e objetos de investigação.

Ocorreu, assim, uma proliferação de “pesquisas circunscritas no tempo e no espaço, pois ‘exemplos singulares’ e ‘fatos miúdos’ podem relacionar-se a temas consagrados” (SILVA, 2005, p.150), ou seja, iniciou-se um gradativo fechamento do foco da pesquisa histórica. Este processo resultou, então, na multiplicação dos temas históricos e na ascensão da micro-história, ao mesmo tempo em que ocorreu um progressivo abandono do anseio pelas sínteses totais. Nestas sínteses, a ação humana fica submetida a modelos globalizantes, o que não permite que suas especificidades sejam apreendidas pela pesquisa histórica. A subversão da micro-história resulta justamente em dar a essas ações lugar de destaque na pesquisa histórica, que passa a ser direcionada a grupos sociais, com a exigência de delimitação estrita de tempo e espaço. É bastante interessante frisar que nesta nova configuração, a análise das escolhas dos indivíduos tem preponderância ante ao estudo das estruturas. Neste sentido, postulamos que

[...] as ações humanas têm peso decisivo na investigação de grupos sociais bem delimitados no tempo e espaço. Trata-se de recompor as complexas redes de interação entre os indivíduos e o meio que os cerca para que se possa compreender suas preferências, escolhas e estratégias de ação. Os itinerários individuais e mecanismos interativos de que lançam mão não têm dinâmicas autônomas, pois se inserem em estruturas sociais normativas. Todavia, as estruturas não surgem aqui como realidades que se desenvolvem à revelia dos indivíduos (SILVA, 2005, p. 157).

Em suma, esta abordagem historiográfica difere daquela da primeira geração dos *Annales* onde o rechaço a uma história factual e a busca por uma história totalizante

propiciaram uma aproximação com a Sociologia e, mais especificamente com a Antropologia, refletindo a abertura da História para outras disciplinas.

Embora retome os temas estudados pela Escola Metódica, esta abordagem avança do sentido de que, uma vez estudando a história política, o faz não com foco nacionalista, mas busca compreender os aspectos determinantes que caracterizam nossa formação nacional. Da mesma maneira, quando evidencia o indivíduo, não o faz por meio do estudo dos grandes homens. Antes, busca o fazer e a experiência da gente comum, daqueles que estiveram dissolvidos nos estudos que propunham uma história total.

Sendo assim, a pesquisa que expomos aqui é, enquanto produto de seu tempo, condicionada pela herança das tendências historiográficas anteriores, mas vincula-se à busca atual de um foco mais restrito de análise. Em consonância, sua relação com a Sociologia difere da relação mantida anteriormente pela historiografia. Assim, não há a busca pela submissão da disciplina sociológica aos ditames da História, bem como não postulamos que aquela seja uma subseção desta. Antes, cremos que vivemos um momento em que a interdisciplinaridade, amplamente proposta anteriormente, mas restritamente praticada até aqui, tem ganhado espaço de exercício entre historiadores e sociólogos. Este fazer dá-se em esforços individuais e por isto mesmo, são agora mais numerosos e efetivos do que o que feito anteriormente. Sendo assim, cremos na complementaridade entre a matéria histórica e a sociológica, e é neste sentido que os conceitos sociológicos são utilizados aqui.

Ainda, para a realização do trabalho, utilizamos a História Oral como método de recolhimento e análise da documentação. Esta metodologia é adequada à proposta desta pesquisa porque permite dar relevo à ação de agentes históricos desconsiderados pela historiografia, como é o caso da participação não registrada das mulheres nos diversos aspectos do fazer histórico. Neste sentido, o uso da História Oral nos permite dar voz àqueles que não estão incluídos na História e em sua escrita, o que nos permite dar concretude à história desses grupos. Entrando em contato com seu cotidiano, seus valores, fazeres, suas aspirações, alegrias e frustrações, percebemos que nos deparamos com a dimensão viva da História, que pode ser sentida pessoalmente (THOMPSON, 1992, p. 30).

Com este objetivo, contamos com a participação de cinco casais militares. Dois deles eram compostos por oficiais superiores (Coronéis) e suas esposas civis, outro por um oficial subalterno (Capitão) e sua esposa, também civil, o quarto era composto por uma oficial subalterna (Capitão) e seu marido, ex-membro do Serviço Temporário do Exército e o último composto por uma oficial subalterna (Tenente) e seu marido

(Subtenente). A coleta dos depoimentos foi realizada durante os dias 20, 21 e 22 de janeiro de 2008 na cidade de Brasília⁸, sob a organização do Centro de Comunicação Social do Exército (CECOMSEX). Para proteger as identidades dos entrevistados, os nomes foram trocados.

Socialização e Mudanças Comportamentais Femininas

Todos os indivíduos, desde seu nascimento, passam por um processo de socialização que lhes incute, dentre outros elementos, sua identidade de gênero⁹. As mulheres, desde a infância, são incentivadas a adquirir características e valores que são identificados pela sociedade como os mais adequados à figura feminina. Dentre esses, podemos destacar: a passividade, a sensibilidade, a emotividade, a submissão, a necessidade de demonstrar afeto e cuidado para com o outro, a compreensão e a dedicação. Estas características são consideradas mais adequadas para elas porque viabilizariam ou estariam ligadas ao papel que a “natureza” lhes destinou: o de gerar e cuidar dos filhos e conseqüentemente, do lar. Sendo assim, é interessante perceber que, ao longo do processo de socialização, as mulheres são *incentivadas a adquirir* estas características, ou seja, com o passar do tempo *aprendem* a interiorizar valores e apresentar atitudes¹⁰ consideradas socialmente adequadas para o período, mas que são apresentados como naturais e resultam numa situação de subordinação, seja na família ou no mercado de trabalho. Estes valores passarão a integrar a imagem que elas têm de si e serão determinantes na maneira como elas se relacionarão com o mundo.

Sendo assim, o processo de socialização utiliza os estereótipos de gênero para estabelecer os papéis sexuais que deverão ser desempenhados pelos agentes sociais, influenciando suas atuações. Este processo é realizado pelas instituições sociais, principalmente pela família e pela escola. A família da década de 60 tratava a questão da profissionalização de seus componentes de acordo com as relações de gênero socialmente estabelecidas. Em outras palavras, incentivavam suas filhas a desempenharem trabalhos remunerados que fossem a extensão do papel feminino socialmente definido de esposas, mães e donas de casa. Por esta razão, as mulheres procuravam ou aceitavam ocupações que tivessem caráter de dependência ou exigissem menor grau de qualificação.

Contudo, ao longo da década de 1960 e em consonância com uma tendência mundial, uma vanguarda de mulheres, com idade entre vinte e trinta anos, rompeu com os padrões comportamentais acima descritos e empreendeu mudanças profundas e significativas para os moldes da época. Estas mulheres pretendiam alterar os papéis

sociais a elas destinados pelo processo de socialização. Esta vanguarda, pertencente à classe média, queria ultrapassar o modelo de comportamento social herdado de suas mães e avós, ou seja, queriam outro papel que não de ordenar o poder privado, familiar e materno a que estavam culturalmente destinadas. Questionavam a ideia de feminilidade vigente, que apresentava como mulher ideal “aquela frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem” (BRITO, 1987, p. 173), queriam demonstrar que escapavam do estereótipo *natural* da mulher passiva.

Com este objetivo, começaram questionar os valores e conceitos morais já institucionalizados como a virgindade, o casamento, a monogamia, o posicionamento da maternidade como necessidade para a realização pessoal feminina, bem como o exercício da sexualidade como dever, não como prazer e como direito a ser livremente exercido. Para esta vanguarda, a liberdade sexual se fez acompanhar da pílula anticoncepcional, cujo uso acelerou as mudanças comportamentais.¹¹ Naquele período, no campo da moda, como expressão da liberdade emergente, difundiram-se a minissaia e o biquíni, peças de vestuário amplamente adotadas pelo público feminino e criticadas na mesma proporção pelas alas conservadoras da sociedade, como por exemplo, a Igreja Católica.

Apesar das apreciações negativas, estas mulheres não se refrearam. Além do direito de exercer sua vontade sobre o próprio corpo, também passaram a exigir um acesso igualitário ao sistema educacional, o que possibilitaria uma qualificação para o mercado de trabalho e a conseqüente ascensão social da mulher. Desta forma, poderiam deixar de ser “apêndices econômicos” de seus maridos. Zuenir Ventura descreve da seguinte forma o posicionamento destas mulheres no que dizia respeito à independência econômica e à separação conjugal:

Na prática, isso significava para elas deixar a confortável condição de apêndice econômico, a segurança psicológica de um lar, e partir para a arriscada aventura da experimentação existencial, que se podia traduzir na busca de uma profissão, com novas e descomprometidas relações, ou às vezes, em um mergulho na solidão (VENTURA, 1988, p. 29).

Enquanto vanguarda, mesmo ameaçadas pelo risco mencionado, estas mulheres continuaram avançando para ocupar os espaços até então tidos como tipicamente masculinos. Embora a possibilidade da mulher exercer uma profissão, com formação acadêmica, existisse desde a década de 30, somente na década de 60, com o surgimento da universidade de massas, é que se consolida esta tendência. Também, conforme vimos, a profissionalização feminina não era incentivada pelas famílias.¹²

Os resultados deste avanço feminino podem ser avaliados pelos dados levantados por Rose Marie Muraro, que indicam que em 1969 cerca de duzentos mil homens estavam na universidade, enquanto no mesmo período havia apenas cem mil mulheres nas mesmas condições. No ano de 1975 – o Ano Internacional da Mulher – o número de mulheres havia se igualado ao dos homens, quinhentas mil mulheres para quinhentos e oito mil homens, ou seja, o número de mulheres quintuplicou em cinco anos (MURARO, 1983, p. 14).

Percebemos que, apesar da crescente procura feminina pela formação universitária, fruto e, também, potencializador das mudanças sociais, os cursos procurados pelas mulheres apresentavam o mesmo padrão das profissões ditas femininas, ou seja, aquelas que conferiam a quem as exercesse um duplo caráter de subordinação e dependência. Em outras palavras, embora houvesse uma flexibilização¹³ em relação à atitude de gênero – era crescente a aceitação de que a mulher procurasse se profissionalizar no que era socialmente aceito como profissão “de mulher” –, o estereótipo de gênero aprendido no processo de socialização ainda desempenhava um papel importante nas escolhas profissionais femininas. Assim encontramos uma preponderância feminina nos cursos relacionados a letras, artes, educação, filosofia, psicologia e enfermagem (GOLDBERG, 1975, p. 103), enquanto, por exemplo, somente 3% dos matriculados nos cursos de engenharia em 1971 pertenciam ao sexo feminino (BARROSO, 1975, p. 52). Notamos que, embora o aumento no número de matrículas femininas tenha sido significativo, ele não se distribuiu de maneira uniforme entre os cursos das diversas áreas do conhecimento.

Outro fator que indica o aumento constante da presença feminina nas universidades foi a entrada de um considerável número de mulheres, professoras-assistentes, nos cargos deixados por professores cassados em 1968, mostrando que estas eram numericamente significativas nos quadros das universidades naquele período. Chama a atenção o fato de que a grande maioria das contratadas fosse constituída de mulheres solteiras (TRIGO, 1994, p. 106-107). Isto possivelmente aconteceu pela recente qualificação profissional adquirida por estas mulheres. Provavelmente, estas não estavam comprometidas com os encargos familiares produzidos pelo casamento e podiam se dedicar integralmente à profissionalização. Esta possibilidade as diferenciava das mulheres casadas que, para obterem a mesma qualificação, tinham que enfrentar desafios mais numerosos, como a dupla jornada e o conflito instalado entre a dedicação ao trabalho doméstico e a realização profissional.

Portanto, consideramos que, apesar da forte influência que o estereótipo de gênero exercia no comportamento e nas suas escolhas profissionais femininas na década de 60,

as mudanças comportamentais empreendidas naquele período não devem ser desconsideradas. Estas mudanças permitiram que, nas décadas seguintes, as mulheres pudessem pleitear efetivamente espaços e direitos semelhantes aos dos homens. Também possibilitaram que a expectativa em relação à atitude de gênero feminino fosse alterada, permitindo que as mulheres fossem socializadas desenvolvendo e valorizando outras características que não as imediatamente identificadas com o “ser” feminino doméstico. Estas mudanças abriram espaço para que as mulheres de gerações posteriores desenvolvessem outros papéis sociais.

O Reflexo das Mudanças Comportamentais nas Famílias Contemporâneas

Em consequência, o período posterior à década de 1960 resultou também em alterações no funcionamento das famílias. Estas alterações resultaram em uma maior instabilidade dos laços conjugais, já que houve uma ênfase crescente nos projetos individuais. Nas palavras de François de Singly,

[...] o período contemporâneo é caracterizado por um maior domínio do destino individual e familiar e isso por duas razões que se reforçam: um sistema de valores que aprova essa autonomia, desvalorizando a herança material e simbólica e as condições objetivas que permitem o controle desse domínio individual, sobretudo a contracepção e as leis relacionadas a ela (SINGLY, 2007, p. 128).

Neste sentido, as relações tornam-se mais frágeis porque passam a ter como foco a satisfação das necessidades afetivas dos indivíduos. Sendo assim, quando essas não são mais atendidas, os cônjuges não se sentem obrigados a permanecerem juntos para satisfazer alguma demanda da sociedade, o que lhes é percebido como algo exterior.

Considerando este contexto de valorização dos projetos individuais, a inserção feminina no mercado de trabalho torna-se bastante importante. Dentro do núcleo familiar, ela assegurará a autonomia da mulher frente ao salário do marido e pode ainda, assegurar “enquanto dura o casal, uma proteção em caso de desemprego masculino e, principalmente, ele constitui uma das modalidades da mobilização familiar para o sucesso dos filhos” (SINGLY, 2007, p. 129). Além de afirmarem que as mudanças na família contemporânea são aceleradas pelo trabalho feminino, Clara Araújo e Celi Scalon assinalam que

[...] os modelos de conciliação entre trabalho pago e vida familiar baseados na clássica dupla ‘homem provedor’ e ‘mulher cuidadora’ vêm sendo alterados em direção a um modelo dual, no qual as mulheres permanecem como as principais ‘cuidadoras’, mas o trânsito entre o espaço doméstico e o público se constitui um dado contemporâneo (ARAÚJO & SCALON, 2006, p. 4).

Cabe reafirmar o fato de que o trabalho feminino permite que a mulher circule em um número maior de esferas sociais. Esta mobilidade permite uma expansão de sua rede de relações e um conseqüente aumento dos contatos com diferentes experiências. Isso resulta em uma maior percepção de sua individualidade e numa maior elaboração de seus projetos pessoais. De acordo com Velho (1999, p. 32),

[...] quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relações ao nível do seu cotidiano, mais marcada será sua autopercepção de *individualidade singular*.

Conforme dito, essa percepção da individualidade reforça a busca pela satisfação pessoal, o que leva a formação de relações baseadas na afetividade, aumentando assim, o número das uniões livres. É interessante perceber que não há um desaparecimento do grupo conjugal, já que este é tido como uma importante forma de angariar afetos. Singly aponta que a vivência das mulheres solteiras da atualidade demonstra essa ambigüidade entre valorização do individual e necessidade do conjugal. Para o autor, isso significa “uma valorização do reconhecimento de sua própria existência pelo outro e a necessidade de um outro significativamente estável, ao mesmo tempo que uma valorização da independência, da autonomia pessoal” (VELHO, 2007, p. 134).

É justamente a valorização desta autonomia pessoal que transforma o engajamento no grupo familiar condicional. A pesquisa feita por Araújo e Scalon indica, ao contrário da crença comum, que são as mulheres, mais que os homens, que rejeitam o caráter formal do casamento e acreditam que ele não constitui o ideal de felicidade. Elas também “tendem a aceitar mais que o casamento possa ser importante para a criação dos filhos, mas isso é condicionado a uma situação satisfatória individual de conjugalidade” (ARAÚJO & SCALON, 2006, p. 10).

Para alcançar esta situação satisfatória, dentro do arranjo conjugal, além de buscar a manutenção de sua autonomia por meio do trabalho assalariado, a mulher tenderia a questionar a divisão sexual das tarefas domésticas, numa tentativa de romper com este

padrão estabelecido. No entanto, tanto Singly quanto Araújo e Scalon concordam que esta divisão permanece praticamente inalterada. As últimas assinalam que

[...] a divisão sexual do trabalho doméstico (sem considerar as crianças) ainda permanece amplamente dominada pelo padrão tradicional para ambos os sexos. Os homens só respondem por mais de 50% na atividade de pequenos consertos domésticos. Algumas atividades, como lavar e passar roupa e/ou cozinhar têm sido territórios praticamente inexplorados para os homens e assim parecem permanecer. Embora os percentuais se alterem em algumas circunstâncias, não são suficientes para indicar que o trabalho pago, mesmo com jornada integral, conduz a uma situação que possa ser considerada equilibrada na divisão das atividades domésticas (ARAÚJO & SCALON, 2006, p. 12).

A necessidade de dividir-se na dupla jornada trabalho-assalariado e trabalho-doméstico leva a mulher a fazer um investimento menor em sua qualificação profissional. Sabemos também, que os salários aferidos pelas mulheres, frequentemente, são menores que os dos homens que ocupam as mesmas posições. Pesquisa feita por Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi sobre a inserção profissional de advogadas, médicas e engenheiras indica que

[...] apesar de estarem adentrando novos e promissores espaços de trabalho, nem por isso essas mulheres deixam de estar sujeitas a padrões diferenciados por gênero, entre os quais a discriminação salarial é apenas o mais evidente: em todas as profissões analisadas a tônica é o menor patamar de ganhos femininos quando comparado ao masculino (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000, p. 101).

Não raro, essa desigualdade resulta, em um momento de separação conjugal, no empobrecimento e queda nos níveis do padrão de vida da mulher, especialmente nos casos em que a mulher assume o cuidado integral dos filhos. Singly analisa que:

A vida conjugal altera muito mais o investimento profissional dos capitais sociais e culturais das mulheres do que o benefício das riquezas masculinas. Essa desigualdade é frequente entre os cônjuges, pelo acesso das mulheres a um nível ou a um estilo de vida equivalente ao do seu parceiro. É no momento da separação que se paga o custo da vida conjugal, que uma relativa desvalorização se torna perceptível (SINGLY, 2007, p. 162).

Dados analisados por Carmem Gelinsk e Ivoneti Ramos (s/d, p.144) indicam, entre os anos 1991 e 2000, um aumento em torno de 6% no número de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 20,5% para 26,7%. Neste mesmo período, 86% das famílias em

que a mulher era responsável pelo domicílio eram monoparentais. Estes dados indicam, também, para o período uma diminuição no número de uniões legais (57,8% para 50,1%) e aumento das uniões consensuais (18,3% para 28,3%), o que confirma as considerações feitas anteriormente.

O aumento constante no número de mulheres responsáveis pela manutenção material do lar, combinado ao recebimento de salários inferiores aos de seus pares masculinos, leva a uma deterioração das condições econômicas das famílias. Para conter esta situação, o Estado passa a criar mecanismos de proteção à mulher e à família. Como exemplos, podemos citar as leis trabalhistas que garantem a permanência da mulher no emprego em determinadas situações, a licença maternidade, a construção de creches onde os filhos podem permanecer em um ou dois períodos do dia e a lei que regulamenta as uniões estáveis no novo Código Civil de 2002 (GELINSK & RAMOS, s/d, p. 145-146).

Consideramos, portanto, que no período atual, a mulher tem conquistado uma crescente autonomia econômica e social, o que permite que se configure um panorama de igualdade de direitos com os homens, inclusive com negociação de situações mais satisfatórias e que denotem uma igualdade maior entre os sexos dentro das relações afetivas. No entanto, conforme mencionado, percebemos também, a persistência das práticas de diferenciação salarial por meio do gênero, o que leva, em uma situação de separação conjugal, a um empobrecimento e queda nos níveis de vida da mulher, uma vez que esta tende a se responsabilizar pelo cuidado e manutenção da família.

Mudanças nas Famílias Militares

Reforçando o que mencionamos anteriormente, o período posterior à década de 1960, que trouxe consigo importantes mudanças comportamentais femininas, resultou em alterações no funcionamento das famílias. Dentre estas, podemos destacar crescente número de casais onde os dois cônjuges exercem atividades profissionais, menor percentual de nascimentos, o aumento de separações e divórcios e crescimento no número de famílias monoparentais ou recompostas.

Concordamos com a análise que François de Singly faz do que ele chama de “família da segunda modernidade”. De acordo com o autor, sua configuração se dá no final dos anos 60 e ela se caracteriza principalmente

[...] pela crítica ao modelo da ‘mulher dona-de-casa’, sob a pressão do movimento social das mulheres e do feminismo; pela desestabilização

do casamento, com a instauração do divórcio por consentimento mútuo e pelo crescimento da coabitação fora do casamento (SINGLY, 2007, p. 130).

O que leva à criação destas características é a crescente percepção na sociedade de que “as relações só são valorizadas quando realizam as satisfações proporcionadas a cada um dos membros da família”. Neste sentido, a felicidade individual é mais importante do que a formação de uma “família feliz” (SINGLY, 2007, p. 131).

É interessante perceber que os laços conjugais não deixam de ser formados, mas passam a ser percebidos como uma forma de promover a realização de cada um dentro deste arranjo. Sendo assim, acreditamos que a formação deste tipo de núcleo familiar pode ser vista como a realização de um projeto individual, na medida em que é uma ação que serve à satisfação de cada um dos envolvidos e pode ter sua existência interrompida a partir do momento em que deixa de atingir este objetivo.

Pensando no contexto inicial de formação destas famílias – mudanças comportamentais e econômicas, inclusive com maior abertura para a inserção feminina no mercado de trabalho, mesmo que em atividades vistas como “de mulher” – consideramos que as mulheres socializadas neste período estão sujeitas ao estereótipo de gênero tradicional, mas possuem uma atitude de gênero mais flexível, possibilitando, que na idade adulta, por exemplo, estas vissem a escolha de um curso superior e o consequente exercício de uma profissão como um direito a ser plenamente exercido. A associação desta atitude de gênero com os ideais individualistas, resultaria em um aumento das possibilidades de formação do tipo de família acima descrito.

No que se refere ao universo militar, a necessidade de adentrar o mercado de trabalho – imposta pela conjuntura econômica e agravada pelo decréscimo do poder salarial dos militares – leva ao aumento da autonomia da esposa frente ao marido, o que acarreta mudanças nos arranjos que atendem às necessidades específicas da profissão militar. Nas entrevistas realizadas, quando perguntados sobre como percebem atualmente a disposição feminina em acompanhar os oficiais em suas transferências, as entrevistadas respondem da seguinte maneira:

Eu acredito que não. Hoje as mulheres não estão abrindo mais tanta mão assim da sua carreira, da estabilidade. Tanto é que, hoje em dia, tem casos de esposas que não estão acompanhando os maridos. Ficam em determinadas cidades e o marido vai transferido, porque, realmente, a vida não está fácil financeiramente. Então eles procuram juntar as duas profissões, de um e de outro, e está mais difícil para a esposa, hoje em dia, acompanhar o marido.¹⁴ [...] as moças não estão tão adeptas. Muitas

vezes, os maridos moram num lugar e elas continuam trabalhando em outro.¹⁵

Então, eu acho assim, existem esposas que ainda acompanham, que abdicam do seu trabalho para acompanhar a carreira desse militar, mas agora existe uma predisposição para tentar conciliar essas duas coisas. Por que isso que eu vejo? Por causa da questão financeira. Hoje em dia, não tem como, se você tiver uma quantidade de filhos maior, não tem como você sustentar com o salário só de um.¹⁶

Acredito que não. É uma decisão muito difícil, já que você tem que fazer uma opção muito difícil. Acaba sendo complicado, porque a mulher batalha muito para conseguir o espaço dela em vários espaços de representação, tanto na questão de emprego, como de liberdades, então acredito que a mulher já se pergunta muito¹⁷.

Verifica-se que, atualmente, há menor disposição das esposas em acompanhar seus maridos em suas designações e que o fator visto como preponderante para esta decisão é a necessidade de manter-se no mercado de trabalho. Essa predisposição em permanecer pode ser identificada, também, como uma necessidade de realização, de conquista pessoal. Neste sentido, para as esposas mais jovens, este tipo de escolha pode indicar um apego maior a um projeto pessoal e não ao projeto do marido, como ocorria, com mais frequência, anteriormente.

Entre os novos arranjos para equacionar essa situação, podemos destacar os seguintes: a possibilidade de o marido seguir sozinho para sua designação e a esposa permanecer na cidade onde trabalha, encontrando-se regularmente em uma das localidades; a esposa esforçar-se para passar em um concurso público federal ou trabalhar em uma empresa que possibilite transferências pelo território nacional, para poder acompanhar o marido quando surge a necessidade ou, a mais inovadora das possibilidades, o marido deixar ou licenciar-se da instituição para acompanhar a esposa. Acreditamos que esta opção, muitas vezes por ser financeiramente vantajosa em comparação com os soldos militares, tende a ser cada vez mais considerada, principalmente entre os escalões mais baixos, onde os proventos são menores. Seguem as impressões das entrevistadas.

[...] as moças não estão muito adeptas. Muitas vezes os maridos moram num lugar e elas continuam trabalhando em outro. E ficam naquela coisa cíclica: viajam, passam um tempo aqui e voltam para o seu trabalho. Pode dar certo? Pode. Mas acho meio difícil numa relação uma vida inteira assim, cada hora um num canto.¹⁸

Eu tenho visto no dia-a-dia que a solução é que a esposa fica mesmo em outra cidade e o marido vai para o destino. [...] Eu tenho visto muitos casos assim.¹⁹

Então, muitas esposas dos militares que eu vejo, elas trabalham em alguma instituição ou mesmo passam em concurso público para poderem estar acompanhando o marido, para ajudar na renda da família,

porque nem todos os filhos passam em faculdade pública, tem tudo isso.²⁰

Eu tenho um amigo, que na verdade, ele é militar de outra Força, e a mulher foi transferida. Ela era de uma empresa e foi transferida e ele acabou pedindo licença para acompanhá-la, porque acabava sendo, até financeiramente, mais significativo para a estrutura familiar, então eles fizeram isso. Não é regra. Acho que ainda é um número pequeno, mas eu acredito que nós estamos conseguindo conquistar nossos espaços em gerenciamentos, em condução e que não sei se é tão fácil abrir mão. Seria difícil, cruel e acho que precisa ser revisto sim.²¹

Cumprir dizer que a maioria dos depoentes, como dito acima por Luiza, acredita que existe a real necessidade, por parte do Exército, de uma adaptação a esta nova realidade. Falando sobre uma solução para esta situação, Érica propõe: “O militar ficar mais tempo parado em cada local que serve. Quero dizer muito tempo. Bastante tempo. E as pessoas criarem uma solidez maior”.²² Os dois coronéis entrevistados dizem que já existe um processo de adaptação por parte da instituição. De acordo com o coronel Oliveira, o “[...] o próprio Exército já também, flexibilizou um pouco. Ele procura atender as necessidades do serviço e depois as necessidades individuais. Então, hoje, não há uma frequência de transferências tão grande como era anteriormente”.²³ O coronel Miranda aponta para uma preocupação para com atendimento das necessidades da família:

É uma evolução que está acontecendo, está sendo humanizado, muito. Antigamente, éramos movimentados assim de uma maneira bastante aleatória e pelo interesse do serviço. E, atualmente, se tenta sempre conjugar o interesse familiar. Aumentou-se muito a sensibilidade institucional para os problemas individuais de cada família. Isso está melhorando, está diminuindo o impacto. Mas a tendência é das mulheres não abrirem mão das suas conquistas profissionais, e aí, de alguma maneira a instituição vai ter que se equacionar para que a família não seja separada e seja mantida sempre unida²⁴.

Como demonstra a tenente Camila, nos casos em que ambos os cônjuges são militares, o Exército tem aberto a possibilidade de acompanhamento no caso de transferência de um dos membros do casal. No caso dela, casada com o subtenente Martins, ao sair da Escola de Administração do Exército (EsAEx), foi transferida para Brasília e seu marido pediu acompanhamento a partir da cidade de Porto Alegre, no que foi atendido. No relato dela:

Eu fiz a Escola [...] fui classificada aqui em Brasília. Aí eles me transferem, aí ele pede transferência por interesse próprio para acompanhar a família. Geralmente, o Exército tem dado, mas tem umas certas exigências – tem que ter um tempo de guarnição suficiente para

a pessoa ser transferida, tem que estar de acordo com o comandante – mas quando é para acompanhar a família o Exército tem dado, se a pessoa atende as exigências. E aí, ele vem, eu ganho a indenização, quem é transferido, e o outro vem como se fosse por interesse próprio²⁵.

Embora existam, tanto por parte do núcleo familiar como por parte da instituição arranjos para equacionar as questões relativas às transferências, por vezes, o afastamento geográfico do casal acaba por resultar na separação deste. Falando sobre um possível aumento no número de divórcios nos meios militares, Carolina observa que, embora não tenha informações estatísticas, “existem muitos casos, em que a esposa não acompanha o marido”.²⁶

Pensando que, anteriormente, a adesão ao projeto do marido pelas esposas militares resultava em uma total adequação às necessidades profissionais deles e em uma grande cota de sacrifícios feita por elas, as separações indicam um movimento contrário: a valorização do projeto individual feminino diante da dificuldade de conciliação dos projetos de ambos. Nas palavras do capitão Mercado:

Agora, o que houve de mudança é que é uma mudança da sociedade em relação à mulher. Então, por exemplo, há 20, 30 anos atrás, a mulher se sujeitava a muitas coisas em função de depender do marido. Hoje, com a evolução em que a mulher tem seu salário, tem uma educação superior, ela não se sujeita mais a certas coisas. Isso é uma evolução, não só do meio militar, é uma evolução da sociedade. Então, você vai ver que o índice de separação tem aumentado muito.²⁷

Da mesma maneira que o engajamento da esposa ao projeto de ascensão profissional do marido é importante para o sucesso deste, o desengajamento, por meio da separação, pode ser prejudicial para a consecução deste objetivo. De acordo com os depoimentos, dentro da instituição, as separações são vistas, atualmente, de uma maneira menos negativa do que em períodos anteriores, embora ainda possam causar impedimentos no processo de ascensão na hierarquia militar. Na avaliação do capitão Mercado: “Até aí você vê outras coisas, você vê que até anos atrás, que o militar separado não saíria general. [...] E hoje em dia não tem mais isso”.²⁸ As considerações de Érica podem ser vistas como complementares à anterior:

Tem alguns casos que, vamos assim dizer, de oficiais que estavam praticamente certos como generais e, por uma separação, causou problemas e eles acabam não sendo promovidos. E como tem casos em que isso ai não é muito levado em consideração e saem generais.²⁹

Para explicar o fato de que, em determinados casos, a separação é vista como um fator negativo e em outros não é considerada, Moysés faz a seguinte afirmação:

[...] eu acredito que o Exército ainda tem que mudar alguns paradigmas. Um dos paradigmas é o seguinte: um militar de carreira que quer chegar ao posto de general, da forma que ocorrer uma separação, um divórcio, a maneira que ocorrer, pode prejudicar sim. Então, às vezes, [...] ele se separou da mulher, deu muita briga, ele namora uma pessoa do próprio ambiente de trabalho dele, às vezes bem próxima, sendo subordinada dele. Isso, às vezes, perante aos amigos que já são de um posto avançado, que podem indicar ele para um posto de general, isso pode, realmente, atrapalhar. No Exército ainda tem aquele negócio, depende de com quem você está casado. Se essa pessoa não tem um histórico, se ela tem um histórico ela pode queimar sua ascensão, mas isso eu acredito nos postos mais em cima, para general. O que nos de mais para baixo, não interfere.³⁰

Apesar de haver uma tendência a uma aceitação das separações no âmbito institucional, pode-se perceber na Família Militar uma forte resistência a esta situação. As palavras de Érica são representativas ao explicitar essa posição. Embora longa, vale a citação:

Eu acho importante o casamento para a manutenção da saúde da instituição, porque esse convívio... de troca de esposas é até difícil no convívio, na relação social da Família Militar. Porque eu, por exemplo, sou amiga de uma pessoa. E, de repente, ela se separa. Essa outra esposa, eu vou ter uma certa rejeição com ela. Uma dificuldade. Por quê? Porque o militar leva uma vida muito difícil. Só quem vive isso desde o início, do casamento até chegar a coronel. A gente leva uma vida muito difícil. Você mora em lugares que jamais pensou na vida. Você tem que deixar até as suas guloseimas para ficar comendo só o que tem. Então, você leva uma vida muito difícil. Tem que abrir mão de muita coisa. Então, quando um oficial se separa da pessoa, que você vê que se dedicou, você fica meio revoltado. Aquela pessoa passa a ser mal vista. Ela [a nova esposa] chega e não tem a mesma, vamos dizer, aceitação do que aquela esposa. [...] a gente tem uma dificuldade de realmente colocar essa pessoa dentro do círculo de amizade normal, que você desenvolve a vida inteira. Até pela intimidade que você já tem. Porque as coisas vem de longos anos. Então é difícil uma pessoa, de repente, que chega e agora é tua esposa e faz parte daquele círculo que você constrói... é difícil a aceitação. É mais complicado. Então, eu acho e até fico chateada, às vezes, de ter uma rejeição porque a pessoa não tem culpa. Muitas vezes, [o oficial] conhece uma pessoa que não foi a causa de uma separação. Simplesmente, então, quando o caso é esse, é até mais fácil. *Quando é causa de uma separação, essa é inviável.*³¹

Sendo um grupo com participação prioritária das mulheres³² e que se baseia no estabelecimento de fortes laços de apoio mútuo e solidariedade entre elas, a Família

Militar, ao opor-se às situações advindas de uma separação, age como uma fonte de regulação moral de todo o meio militar. Ela traz para si a obrigação de denunciar o desvio dos valores cultivados na caserna. Sendo assim, no exemplo citado por Érica, ao denunciar o desvio, ou seja, a exclusão da esposa do projeto conjunto com o marido, a Família Militar marca a distinção entre as práticas aceitas e as rejeitadas, sendo estas percebidas como necessárias para a manutenção da existência do grupo na forma em que é conhecido. De acordo com Velho (1999, p. 59),

[...] a existência de uma ordem moral identificadora de determinada sociedade faz com que o desviante *funcione* como um marco delimitador de fronteiras, símbolo diferenciador de identidade, permitindo que a sociedade se descubra, se perceba pelo que não é ou pelo que não quer ser.

Esta situação nos remete à distinção praticada na caserna entre nós-militares e eles-civis, onde os primeiros são percebidos como possuidores de melhores condições morais que os demais. Neste sentido, a preservação das práticas da Família Militar seria uma forma de defender a manutenção dos valores da corporação, neste caso, a valorização do papel desempenhado pela mulher durante toda a carreira de seu marido.

Considerações Finais

As mesmas transformações que se imprimem no processo de socialização feminina deixam também suas marcas no foco de formação das famílias. As que se estabelecem nas últimas décadas têm como característica cada vez mais marcada, a objetivação da realização pessoal e da satisfação de cada um de seus membros. Esta apresenta adesão cada vez maior, por parte dos indivíduos, a projetos particulares e sua duração está circunscrita ao período em que seus objetivos continuam a ser atendidos.

Sendo assim, consideramos que as mulheres socializadas a partir do final dos anos 60, educadas a partir de uma atitude de gênero mais flexível, passaram a ocupar cada vez mais espaços, inclusive os tidos como exclusivamente masculinos. No que se refere à caserna, as atitudes de gênero apresentadas levam a diferentes níveis de inserção social e à formação de redes de relações sociais diversas, como no caso das que desenvolvem atividades profissionais fora do lar e das que permanecem em casa. Esta diferenciação resultará em variados níveis de adesão ao projeto da carreira militar do marido.

Quando se incorpora ao Exército, o oficial estabelece um projeto individual – sua profissionalização e a conseqüente carreira militar. Porém, quando se casa, as exigências específicas de sua profissão tornam-se impedimento para que suas esposas tenham seus próprios projetos pessoais. Percebemos, portanto, nas famílias com formação mais recente, que esta adesão acontece, mas em menor grau, em comparação com períodos anteriores, justamente porque neste caso, os dois cônjuges trabalham, têm contatos com uma rede social mais ampla e há um foco maior na realização dos projetos da esposa, o que leva a um distanciamento do projeto do marido.

Este desengajamento pode resultar em novos arranjos para atender às necessidades da profissão militar: a permanência da esposa na cidade em que trabalha, enquanto o marido se dirige à sua nova designação; o emprego de um dos cônjuges em uma empresa ou instituição federal que permita a transferência por todo o território nacional, assim como o faz o Exército; ou, levando-se em consideração questões financeiras, o afastamento por parte do militar de suas funções para acompanhar seu cônjuge em uma oportunidade profissional mais vantajosa. Cabe salientar que o primeiro arranjo é visto como ponto de partida para uma eventual separação do casal.

Consideramos, também, que diante destes novos arranjos, há uma busca por adaptação, por parte do Exército, para o atendimento das necessidades específicas de seus membros. Dentre essas podemos destacar uma diminuição do número de transferências e a criação da possibilidade de movimentações casadas.

Referências

- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v.21, n. 62, out.2006.
- BARROSO, C. L.; MELLO, G. N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.15, dez. 1975.
- BRITO, M. N. C. Mulheres como sujeitos sociais: a diferenciação feminina. *Revista Ciências Sociais*. Porto Alegre, v.01, n. 02, 1987.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, São Paulo, Jul, 2000.
- D'AMORIM, M. A. Cognição social, estereótipo de gênero e sexismo. *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.02, n.02, dez. 1996.
- GELINSKI, C. R. Ortiz; RAMOS, I. Mulher e família em mutação. *Onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino?* s/d. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo9.pdf>. Acesso em 06.01.2014.
- GOLDBERG, M. A. A. Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.15, dez. 1975.

- MADEIRA, F. R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: _____ (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira*. Corpo e Classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SILVA, F. T. História e Ciências Sociais: zonas de Fronteira. *História*, São Paulo, v.24, n.01, p.127-166, 2005.
- SINGLY, F. de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- THOMPSON. P. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRIGO, M. H. B. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, C.; BILA, S. *Novos Olhares*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Notas

¹ Para esta pesquisa, escolhemos como objeto oficiais do Exército Brasileiro por acreditarmos ser esta a Força mais representativa entre as Forças Armadas Brasileiras. Isto se dá tanto por ser a que possui o maior número de componentes, como por ser a que se destaca em protagonismo histórico ao longo da história brasileira.

² Grupo formado pelas famílias dos militares, que é percebido como uma rede de apoio e solidariedade onde, principalmente as esposas, em virtude da ausência constante dos maridos, encontram apoio. Acreditamos, também, que a chamada Família Militar exerce funções de regulamentação das ações e atitudes de seus membros, fazendo com que se comportem de acordo com os valores internos do grupo.

³ Para maiores detalhes sobre esta conformação familiar específica, ver: ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Aspectos da adesão feminina aos valores militares: o casamento e a família militar. *História*, Franca, v. 29, n. 2, Dec. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a07.pdf>>. Acesso em 15.12.2013.

⁴ Utilizamos aqui a definição dada por Gilberto Velho (1999, p. 16): “uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam *categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica*, sejam classes sociais, estratos, castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a idéia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas etc.” (grifo do autor)

⁵ Definido como “ação com algum *objetivo predeterminado*” (grifo do autor).

⁶ Estamos trabalhando com a idéia de que todo indivíduo esta imerso em um contexto histórico e, portanto, sujeito a suas determinações, sendo que seus projetos estarão submetidos aos mesmos pressupostos.

⁷ Nas palavras do subtenente Martins: “O que acontece é que mesmo não havendo contato anterior ou militares na família, o contexto onde está inserido aquele que pretende a carreira militar, quando ele busca isso, ele está isolando outras opções de vida: iniciativa privada, curso superior, estágio. Ele está inserido em um grupo muito parecido, porque há muitas semelhanças nesse grupo. Por isso que a unidade se dá tão forte lá dentro, são pessoas que se identificam e são um grupo verdadeiro. Pessoas que se juntam com objetivos comuns. [...] Quando eles se juntam, eles vão com objetivos muito parecidos. Não interessa que não sejam, ainda, militares, *mas eles acreditam no valor da carreira militar*” (grifo nosso).

⁸ Além destas entrevistas foram realizadas entrevistas e conversas informais com membros e ex-membros das Forças Armadas que não figuram aqui como documentação para este artigo. Uma das dificuldades encontradas em se pesquisar uma instituição fechada é justamente a realização das entrevistas. Por vezes, elas precisam ser autorizadas pelo comando, a escolha dos entrevistados acontece mais por designação do que por oferecimento voluntário e as declarações tendem a ser feitas no sentido de minimizar as possíveis implicações negativas das falas para a corporação.

⁹ Estamos utilizando o conceito de gênero como “a soma das características psicossociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual” e identidade de gênero como “o conjunto das expectativas internalizadas pelo indivíduo em resposta aos estímulos biológicos e sociais” (D’AMORIM, 1996, p. 158). Em complemento, concordamos com Felícia Reicher Madeira (1997, p. 75), quando esta define que “no

conceito de gênero inclui-se a dimensão psicológica e social de sexo (isto é, as características atribuídas a feminilidades e à masculinidade e os papéis que desempenham homens e mulheres em uma determinada sociedade)”.

¹⁰ Para a execução deste trabalho, adotamos a conceituação de atitude de gênero como “a desejabilidade da característica para cada sexo”. Este conceito diferencia-se do de estereótipo de gênero, que pode ser definido como “a percepção da tipicidade do traço segundo o sexo.” Relacionando as duas definições, percebemos que o que se deseja como característica para homens e mulheres pode variar ao longo das décadas, enquanto que os traços percebidos como típicos permanecem constantes. Por exemplo: a figura do conquistador é tida como um papel tipicamente masculino, mas atualmente, para desempenhá-lo é necessário que o homem demonstre atitudes consideradas, anteriormente, como eminentemente femininas, como o cuidado com o vestuário e a forma física (D’AMORIM, 1996, p. 160).

¹¹ Embora tida como fator libertador, o uso da pílula anticoncepcional demorou a se popularizar. Como mostra Zuenir Ventura: “Uma pesquisa realizada no então Estado da Guanabara, entre 1965 e 67, mostrava que 76% das quatro mil mulheres ouvidas usavam todos os tipos de velhos anticoncepcionais – dos diafragmas à raspagem do útero –, menos as pílulas.” (VENTURA, 1988, p. 35)

¹² Maria Helena Bueno Trigo faz uma excelente análise do papel socializador exercido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, por ocasião de sua fundação na década de 30. A autora considera que com a abertura deste espaço, começou-se a cogitar, entre as famílias, a possibilidade de suas filhas cursarem uma universidade, embora isso necessariamente não significasse que futuramente, elas pudessem exercer a profissão para a qual estudaram (TRIGO, 1994, p. 93).

¹³ Maria Alice D’Amorim considera que existe uma permanência do estereótipo de gênero ao longo das décadas, mas que, no entanto, no mesmo período, houve uma flexibilização constante quanto à *atitude*, sendo que esta é definida como as características consideradas desejáveis para cada sexo. Acreditamos que esta flexibilização explicaria a permanência da identificação da mulher com determinados traços e papéis tidos como inerentes, tais como a afetividade, dependência e a obediência, mas que, ao mesmo tempo, tornaria aceitável a atual ocupação de novos espaços profissionais, inclusive daqueles que eram tidos como exclusivamente masculinos (D’AMORIM, Maria Alice, 1996, p. 160)

¹⁴ Entrevista concedida por Carolina, esposa do coronel Oliveira, em 20/02/2008.

¹⁵ Entrevista concedida por Érica, esposa do coronel Miranda, em 21/02/2008.

¹⁶ Entrevista concedida pela capitã Eduarda, em 21/02/2008.

¹⁷ Entrevista concedida por Luiza, esposa do capitão Mercaldo, em 20/02/2008.

¹⁸ Entrevista concedida por Érica, esposa do capitão Miranda, em 21/02/2008.

¹⁹ Entrevista concedida por Carolina, esposa do coronel Oliveira, em 20/02/2008.

²⁰ Entrevista concedida pela capitã Eduarda, em 21/02/2008.

²¹ Entrevista concedida por Luiza, esposa do capitão Mercaldo, em 20/02/2008.

²² Entrevista concedida por Érica, esposa do coronel Miranda, em 21/02/2008.

²³ Entrevista concedida pelo coronel Oliveira em 20/02/2008.

²⁴ Entrevista concedida pelo coronel Miranda em 21/02/2008.

²⁵ Entrevista concedida pela tenente Camila em 21/02/2008.

²⁶ Entrevista concedida por Carolina, esposa do coronel Oliveira, em 20/02/2008.

²⁷ Entrevista concedida pelo capitão Mercaldo em 20/02/2008.

²⁸ Entrevista concedida pelo capitão Mercaldo em 20/02/2008.

²⁹ Entrevista concedida por Érica, esposa do coronel Miranda, em 21/02/2008.

³⁰ Entrevista concedida por Moysés, marido da capitã Eduarda, em 21/02/2008.

³¹ Entrevista concedida por Érica, esposa do coronel Miranda, em 21/2/2008, grifo nosso.

³² Embora participem das atividades promovidas pelo grupo, os maridos passam boa parte do tempo “em serviço” e, além disso, tem a oportunidade de estabelecer um número maior de contatos nas diferentes esferas sociais que suas funções lhes permitem contato. Sendo assim, são as mulheres a força preponderante neste espaço, sendo que a valorização deste acaba por significar também uma valorização delas.

Artigo recebido em: 1º/12/2013. Aprovado em: 15/01/2014.